

10 dias sobre águas amazônicas: relação, situação e lugar social no contexto do manejo participativo no Médio Solimões¹

Arinaldo Martins de Sousa

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Descrição etnográfica da situação social dos pescadores de Tefé-AM e suas relações com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e as estratégias para conservação dos recursos naturais na região do Médio Solimões. O trabalho toma como elemento para a discussão uma viagem de 10 dias realizada com os pescadores e utiliza a noção de reputação de F. Bailey para discutir o lugar social ocupado pelos pescadores e a imagem negativa com a qual têm sido identificados, visando demonstrar que a reputação é dependente do contexto social, sendo um elemento simbólico que esconde outras facetas dos agentes sociais.

Palavras-chave

Pescadores artesanais, Médio Solimões, Amazônia.

O pescador decidiu que o seu barco de pesca, de arqueação medindo 10 metros de comprimento², sairia do lago Tefé na manhã do dia 17 de novembro de 2004. Logo cedo, o pescador aportou no *frigorífico*³ para carregar de gelo a caixa de 1000 Kg que comportaria os

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil

² Em termos técnicos, a medida do barco é 1 tonelada de arqueação líquida. É muito pequeno se formos levar em consideração que, na Amazônia, é comum encontrarmos armadores com até 50 toneladas de arqueação líquida. Essa é a maneira técnica de medir a capacidade de captura de barcos pesqueiros que se dá a partir do peso líquido ou bruto dos barcos e é realizada por órgãos do Governo, dentre eles o Ministério da Pesca e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. O peso bruto de um barco pesqueiro inclui toda a sua arqueação (a estrutura, o casco do barco em madeira, ou qualquer que seja o material utilizado) mais a caixa isotérmica utilizada para o armazenamento do pescado – são as toneladas de arqueação bruta. O peso líquido diz respeito apenas à capacidade de armazenamento (considerando-se a hipótese de que a caixa possa ser preenchida por completo) – as toneladas de arqueação líquida.

³ *Frigorífico* é como os pescadores se referem à fábrica de beneficiamento de pescado que lhes fornece gelo para as pescarias.

peixes; tomou adiantamento em espécie para aquela pescaria, cerca de R\$ 500,00, pelo que comprou todo o *rancho*⁴ para alimentação durante a viagem⁵, deixou uma quantia com a esposa, para que ela pudesse se alimentar durante os, até então, imprevisíveis dias que passaria fora; comprou material para conserto de *malhadeira* (basicamente, nylon e entalhe), que, inevitavelmente se rasgaria nos encontros com jacarés e tocos dos lagos.

Aos poucos, os “tripulantes” e passageiros da embarcação foram se juntando: o filho mais novo, com cerca de 10 anos de idade; os dois filhos adolescentes (um de 15 e outro de 17 anos) e eu. Deixávamos a sede da cidade de Tefé-AM na direção de corpos de água que ficavam a quilômetros de distância Solimões acima. E foram tantos paranás, furos, bocas de lagos e rios na várzea que compõe os vales dos rios Japurá e Solimões durante 10 dias sobre as águas, que se perdem em minha memória os nomes regionais para cada um deles.

A narrativa acima se refere ao início de uma viagem por mim realizada com a família de um dos pescadores de Tefé, região do Médio Solimões, na pequena embarcação que serve de meio de transporte, abrigo e local onde armazenam o pescado enquanto permanecem na atividade de pesca. Aproveitei a oportunidade ao ser convidado para acompanhá-los e incluí aquela viagem no meu trabalho de campo, que já durava quase três meses, junto aos pescadores de Tefé. E qual o interesse dessa viagem para o meu trabalho junto a estes pescadores?

No começo, confesso que não sabia direito como ela poderia me ajudar no entendimento das complicadas relações destes pescadores com as estratégias para conservação dos recursos naturais naquela região. Não obstante, isto não impediu que o curso dos acontecimentos, os depoimentos das pessoas envolvidas no contexto social e a análise das observações feitas durante o trabalho de campo configurassem uma espécie de encadeamento lógico que me permitiu tirar algumas conclusões a respeito do problema que servia de lastro para minha pesquisa.

Quando desembarquei em Tefé-AM⁶, em outubro de 2004 estava preocupado com o que até então parecia ser uma situação de conflito entre o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSMM e os pescadores residentes na cidade, sobretudo os moradores

⁴ O *rancho* é a comida que será consumida na viagem. O almoço e, por vezes, o jantar compõe-se, geralmente de farinha e peixes cozidos ou assados, os quais foram pegos ali mesmo durante a pesca.

⁵ Um paneiro (30 Kg) de farinha, café, açúcar, tabaco, carne bovina em conserva, arroz (pelo que seriam feitos mingaus), leite em pó, fósforo, trigo. Também comprou 20 latas de óleo para o motor da embarcação, gás de cozinha para o pequeno fogão de duas bocas que cozinaria o *rancho*.

⁶ A cidade de Tefé (distante 663 Km via fluvial; 516 Km em linha reta, de Manaus) encontra-se entre os cinco municípios de porte médio do Amazonas, que são os mais populosos depois de Manaus⁶. Banhada por um lago homônimo, ligado aos grandes rios Solimões e Japurá, a sua população foi estimada, no ano de 2004, pelo IBGE, em 69.423 hab distribuídos sobre uma área de 23.704 Km² (IBGE: 2004). Atualmente, os resultados preliminares para o Censo do mesmo Instituto apontam uma população de 54.290 hab (IBGE: 2007). Sobre a cidade de Tefé, conferir os trabalhos de Priscila Faulhaber (1987; 1998) e de Protásio Pessoa (2004).

de um bairro específico, o do Abial. Tomei contato com tudo isso a partir de leituras sobre a Reserva Mamirauá (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDSM, que está vinculada ao IDSM, bem como está a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA), mormente as análises de Deborah Lima (1997) sobre os problemas enfrentados pela reserva e as discussões que eu mantinha por e-mail com a Professora Neide Esterici, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ⁷.

Acusações de parte a parte, brigas, apreensões de materiais de pesca, aplicações de multas, prisões e até rumores sobre assassinatos compunham o cenário. E por parte de alguns técnicos e extensionistas do IDSM certo temor com relação a se aproximar ainda que fosse do citado bairro. O que acontecia era que existia desde a criação da reserva uma situação de desentendimento entre os pescadores e os representantes do desenvolvimento sustentável na região, e o IDSM, desde a década de 1990, realizando um trabalho de *manejo participativo* com os *ribeirinhos*, que são as pessoas que efetivamente moram dentro da reserva, conduzindo o processo sempre com percalços por conta das investidas dos pescadores na área e a possibilidade concretizada ou latente de violência nos encontros deles com os *agentes ambientais voluntários*, moradores da reserva formados pelo IBAMA para fiscalizar e tentar diminuir e/ou erradicar ações ilegais no território da *unidade de conservação*.

Meu trabalho de campo e a dissertação de mestrado dele resultaram incidiram sobre todos os pescadores de Tefé e não somente os do bairro do Abial, embora as reclamações dos técnicos e extensionistas do IDSM incidissem apenas sobre estes últimos. Isso foi bom porque pude entendê-los como um conjunto e perceber, ainda que de forma preliminar, qual o impacto causado pelo IDSM nas pessoas que compõem os grupos sociais moradores da região.

Para facilitar bastante toda a análise e argumentação, abrindo mão de quaisquer nuances mais aprofundadas, vou, primeiramente, colocar a situação de forma bastante binária: de um lado, temos o IDSM, os *agentes ambientais voluntários*, o IBAMA e tudo aquilo que representar um esforço pela proteção dos recursos naturais; de outro lado, os pescadores, mormente os moradores do Abial, desejando pescar e trazer peixes para vender, e isso inclui procurá-los onde quer que eles se encontrem e onde não haja concorrência muito grande de outros pescadores. Desta forma, lançando mão da noção de *reputação*, de F. Bailey (1971), segundo a qual as pessoas são socialmente aquilo que as outras pessoas acreditam que elas são, sendo a *existência social* (FORTES: 1983) dependente do modo como a pessoa é vista e

⁷ Para uma discussão específica sobre a RDSM consultar: Lima (1997); Esterici (2002); Reis (2003); SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ/ CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO/ INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS (1996); Moura & Reis (1997); PROJETO MAMIRAUÁ – SEMESTER REPORT (1993); Sousa (2005).

não do modo como ela se vê, vamos dar ao IDSM e etc, segundo o modo como os pescadores do Abial o vêem, a *reputação* de “perseguidor dos pescadores”, e a estes últimos a *reputação* de “invasores de lagos” e, por conta disso, marginais, fora da lei, dado que entrar em *unidades de conservação* para explorar seus recursos sem a devida autorização é entendido como uma atividade criminosa.

Na cidade de Tefé, o termo *invasor de lagos* assume um tom acusatório, pejorativo que, de certa forma, reflete uma *relação social de luta* (WEBER: op. cit.) entre, pelo menos, duas *forças sociais* (ELIAS: 1980), uma delas a dos pescadores marginalizados e a outra, os partidários do manejo participativo. Naquele contexto, o lugar social dos pescadores do Abial é mediado por um termo que quase chega a denotar *ladrão, fora da lei, perigoso* e partidário do que é *errado*. Assim, a categoria “invasores de lagos” qualifica de modo direto, para aquele que o emprega, o pescador do Abial. Fruto da *relação social* que reflete, perpetua e quase que ritualmente recria⁸, o termo possui implicações na vida diária destes pescadores, alimentado pelo contexto de conflito e de crise que tem como pano de fundo o acesso aos recursos naturais.

No contexto das políticas e ações para a conservação dos recursos naturais no Médio Solimões, o pescador marginalizado tem poucas perspectivas de argumentação quando são surpreendidos com seus materiais de pesca fora dos padrões legalmente instituídos, dado que sua *reputação* é um sinal que conota: o pescador pode, eventualmente, praticar uma ação ilegal.

De que forma a viagem de pesca pode ajudar no entendimento e no auxílio da questão com a qual estamos lidando? Trabalhando inspirado na noção weberiana de tipo ideal, vou esboçar uma apreensão dos pescadores abrindo mão de sua *existência social* no contexto do Médio Solimões, ou seja, vou excluir da análise a *reputação* dos pescadores na *relação social* (WEBER: 1991) mantida com o IDSM, com o IBAMA e com o esforço pela proteção e conservação dos recursos naturais. Para o momento, analisarei somente a relação do pescador com a Natureza e com a forma de pescar. Desta forma, pretendo demonstrar como a *reputação*, que age como um elemento simbólico, é capaz de estruturar toda uma situação social.

Quando deixamos o lago Tefé e a viagem, enfim, iniciou, atravessamos o rio Solimões para alcançar o Japurá, subindo na direção de um sítio em que moravam familiares do pescador. Ali, conversou com a mãe sobre problemas de saúde de um de seus filhos, recebeu frutas para comer durante a viagem e ganhou mais um tripulante, o irmão. Mais

⁸ Cf. noção de *ritual* de Valerio Valeri (1985).

adiante, ainda encostou-se em outro sítio, à casa de outra parenta, uma filha do líder, ocasião em que este último distribuiu bênçãos e moedinhas aos netos.

Já estávamos no rio Japurá quando a água, acumulada em um pequeno porão no qual se alojava o motor, entrou em contato com as engrenagens e começou a jorrar dentro do barco. No porão do motor, a embarcação acumulava água muito rapidamente, o que significava a existência de uma grande quantidade de furos no casco. Preocupados, resolvemos atracar para que o pescador tentasse fazer alguma tentativa de reparos. O barco necessitava havia muito de calafetagem. O pescador que me acolhia era considerado na região como um dos maiores *invasores de lagos* da RDSM. E esse homem apresentava-se ali fragilizado, demonstrando não possuir condições de fazer os reparos indispensáveis por questões de segurança. Segundo o depoimento dele, não era por desleixo que o barco estava assim, mas por que a atividade não gerava a renda suficiente para manter as condições mínimas de sustentação e garantia de segurança nas viagens naquele barco pequeno, cujo casco, como já disse, media 10 metros de comprimento⁹.

É hora de fazer um parêntese para tentar explicar um pouco porque o pescador e o seu barco encontravam-se naquela situação. Conforme o depoimento deste pescador, ali mesmo naquela ocasião, logo após tentar consertar os furos com bisnagas de epóxi, uma calafetagem demandaria, para uma embarcação com aquela arqueação em torno de:

R\$ 150,00, mais 5 Kg de estopa; 1 ½ litro de óleo de linhaça, que custa R\$ 9,00, o litro; créu, que custa R\$ 10,00; galão de tinta, que custa R\$ 37,00. Isso tudo somado, deve dar uma base de R\$ 250,00. Para calafetar, tem que puxar em terra, depois bate a estopa e vai colocando a massa junto com a tinta para segurá-la. São dois dias em um batelão de uma tonelada. Quando é de duas, aí, são três (Depo.: 17/11/04).

Ou seja, demanda, além de dinheiro, tempo. Dinheiro que aquele pescador não possuía. Alguns dias antes desta viagem, em uma das visitas que fiz ao Abial, interroguei este mesmo pescador sobre os resultados de uma viagem anterior de pesca por ele realizada e, em resposta, ele apresentou-me uma nota de comercialização feita com um *frigorífico* local, tal como demonstra:

Quadro 01: Preços de venda do pescado ao frigorífico:

Peixe	Qtd. Vnd.	Valor quilo	Valor pago
Tucunaré	362 kg	R\$ 1,00	R\$ 362,00

⁹ O porão do barco continuaria enchendo, tanto que após esse episódio, o pescador tentou mais de uma vez tapar buracos com bisnagas de epóxi. Em uma das ocasiões, descobriu que havia buracos no casco em ponto logo embaixo da caixa fixa exotérmica, de difícil acesso tanto por dentro como por fora. Acordava de madrugada para retirar excesso de água do porão da máquina, e quando saiu para pescar com todos os outros, deixando apenas eu dentro do barco, solicitou que não descuidasse do porão, retirando sempre o excesso de água, para evitar assim, maiores riscos.

Aruanã	266 kg	R\$ 0,60	R\$ 156,00
Curimatá	68 kg	R\$ 0,70	R\$ 47,60
Piranha	65 Kg	R\$ 0,60	R\$ 39,00
	751 Kg	R\$ 0,73*	R\$ 604,60**

Fonte: nota fiscal emitida por frigorífico de Tefé

*Média de preços

**Total

O total de pescado apreendido (751Kg) está acima do limite esperado para o que aquele pescador considera uma pesca bem-sucedida, dado que, segundo ele afirma, a sua caixa isotérmica comporta 1000Kg, distribuídos entre 700Kg de peixe e 300Kg de gelo. No entanto, o valor auferido com venda demonstrou ser insuficiente, pelas seguintes razões: para a pescaria, ele precisou comprar uma malhadeira que custou R\$ 300,00; gastou cerca de R\$ 250,00, em diesel e *rancho*; o gelo foi pego “gratuitamente” no *frigorífico*. Ainda teve que providenciar tramalha, chumbo e entralhe.

Mas, fora isso para sair para pescar, ele teve que pedir R\$ 500,00 de empréstimo ao que o pescador chama localmente de *patrão*. Segundo o seu depoimento, somente quando não está pagando algum material, sobra “algum para o pão”. Ele pediu R\$ 500,00 para pagar estas despesas e, no final teve que devolver o dinheiro ao *patrão*, de modo que, de acordo com o que foi pago pelos peixes, sobrou cerca de R\$ 104,60, que ainda tem que ser dividido com os filhos e demais participantes da pescaria¹⁰. Assim sendo, somando tudo, quando eles forem viajar de novo terão que pedir novamente emprestado e não só para a viagem, mas também para deixar em casa para a esposa, como de fato aconteceu, exatamente na viagem em que eu participei.

Ou seja, o pescador é uma vítima de um sistema injusto, e não só porque precisa comprar material e pagar o adiantamento feito pelo *patrão*, mas também porque os preços praticados nesta relação de compra e venda lhe são desfavoráveis. Se o peixe tivesse sido vendido no mercado, ou livremente pelo pescador a outro comprador, o saldo auferido teria sido outro, como demonstra:

Quadro 02: Estimativa de preços do pescado comercializado diretamente ao consumidor:

Peixe	Qtd. Vnd.	Valor quilo	Valor pago
Tucunaré	362 kg	R\$ 2,00	R\$ 724,00

¹⁰ De acordo com um *freguês de patrão* (31/10/04): “no meu motor nós tiramos a despesa do barco. O resto que sobra, por exemplo, R\$ 200,00, um fica com R\$ 100,00, eu, que sou o dono. Outro fica com tanto, o outro com tanto. É dividido de acordo com a função. Eu fico com mais porque, às vezes, tenho que comprar material...”

Aruanã	266 kg	R\$ 1,50	R\$ 399,00
Curimatá	68 kg	R\$ 1,50	R\$ 102,00
Piranha	65 Kg	R\$ 1,00	R\$ 65,00
	751 Kg	R\$ 1,50*	R\$ 1.290,00**

Fonte: depoimento do pescador

* Média de preços

** Total

Se calcularmos quanto foi expropriado pelo *patrão*, se este último fosse vender pelos preços praticados no Mercado Municipal, teríamos R\$ 685,40 (um lucro de cerca de 113,4% em cima da apropriação realizada pelo pescador). Se o excedente fosse incorporado à economia do pescador, teríamos um valor razoável para satisfação de suas necessidades em menos de uma tonelada de peixe capturado e em uma única pescaria bem sucedida. Estamos lidando com uma faceta bem interessante da questão. Trata-se dos aspectos mais injustos presentes na relação, que já é clássica na região, *patrão/ freguês*. Por este motivo, passei a chamar os pescadores de Tefé que se encontravam sob este tipo de relação como *fregueses de patrão*, procurando aludir à situação em que se encontram e também ao modo como chamam a si e aos outros na mesma situação: “fregueses” do “patrão”.

Auferindo a renda citada acima em pescarias bem-sucedidas, tendo que dar conta da compra e conserto de materiais, de uma, às vezes duas, famílias e precisando manter o combustível de seus barcos, sobra pouco para os reparos, mesmo os mais indispensáveis, como a calafetagem. Isso aumenta o sofrimento durante as viagens, como o que presenciei: o pescador dormindo mal; acordando a intervalos durante a noite para esvaziar o porão do motor que estava enchendo; descendo nos lagos infestados de piranhas para tentar fazer reparos. Tudo porque não possuem capital suficiente que lhes garanta uma economia destinada a reparos. Um problema sério é aquele em que o barco fica sem condições de navegar, posto que o pescador não tem como fazer o reparo. Embora exista uma parceria com o *patrão*, que empresta o dinheiro para a viagem, todo o custo fica por conta do pescador, que precisa arcar com a compra e o conserto de todo o material. Há pescadores que trabalham em barcos disponibilizados pelos *patrões*, mas segundo o mesmo sistema: o conserto e a conservação ficam por conta daqueles, ficando este último apenas com o lucro, o qual, por sinal, é expropriado do pescador.

A relação de aviamento entre um *patrão* e um freguês, caracterizada por uma adiantamento de mercadorias em troca de produtos como pagamento existe na região deste o século XIX, quando os *patrões* comercializavam produtos como borracha e pirarucu e utilizavam o trabalho dos regionais em *feitorias*, nas quais o peixe era salgado antes de serem

entregues ao *patrão*. Os pescadores relatam sobre esse tempo e muitos comerciantes atuais são membros de antigas famílias de patrões¹¹.

Realizado este longo parêntese, volto a descrever a viagem no intuito de mostrar o outro aspecto do pescador e mostrar como a reputação e o lugar social ocupado por ele, depende da relação mantida com outras pessoas e todo um processo em que algumas ações das pessoas nas relações por elas mantidas com outras contribuem para forjar uma imagem e influenciar a vida social, encobrando outras facetas.

O pescador durante a viagem demonstrou que, além de possuir relações com outras pessoas localizadas em outros lugares sociais, também possui relações com a Natureza baseada em um contato de profundo respeito e co-dependência, nos moldes das atitudes dignas daqueles grupos sociais classificados como *populações tradicionais*. E, segundo a definição dada pelo Ministério do Meio Ambiente para a categoria:

As populações tradicionais diferenciam-se da sociedade nacional, pelo grau de atuação no meio, de inserção na economia e exercício que fazem da cidadania. Em primeiro lugar, devemos ressaltar que, em alguns casos, suas práticas extrativistas e/ou de agricultura de subsistência, adaptadas aos respectivos ecossistemas, influenciaram no grau de conservação da biodiversidade de algumas áreas, que posteriormente foram transformadas em U. C. por seus atributos naturais (Ministério do Meio Ambiente apud Sant'Anna: 2003, p. 122).

O argumento principal em favor das *populações tradicionais*, entre as quais, em algumas outras regiões do Brasil, estão incluídos os pescadores, ao lado dos seringueiros, coletores, quebradeiras de coco etc, é a tradicional situação de co-dependência e respeito em relação à Natureza. Podemos apontar algumas diferenças dos pescadores do Abial com relação ao que seria ideal para os apreciarmos e considerarmos uma *população tradicional*, mas a principal delas acredito que seja tão-somente a sua *reputação* que foi forjada no embate que realizou com o esforço de conservação, dado que em outros quesitos, o pescador parece apresentar um comportamento que se adequaria muito bem aos interesses de proteção dos recursos naturais. Analisando trabalhos acadêmicos sobre pescadores do Pará, alguns deles até considerados como *povos das águas* e até grupos com atividades tradicionais¹² pude perceber quão próximos os pescadores de Tefé estavam das descrições de pescadores considerados como causadores de baixo impacto ambiental e também pude perceber quão tradicional é a atividade de pesca na região do Médio Solimões. Ao dizer isso, quero argumentar que a *reputação* depende do meio e do contexto, e não de alguma característica inata das pessoas ou

¹¹ Cf. Faulhaber (1987), Pessoa (2004) e Sousa (2005).

¹² Cf. trabalhos como os de Coelho (2002); Furtado (1993); Furtado & Nascimento (2002); Furtado et. all. (1993); Furtado et. all. (2002);

de falhas no caráter. Depende do modo como a pessoa é vista por outra que emite a representação a respeito.

Durante a viagem de pescaria houve uma série de acontecimentos relacionados à relação do pescador com a Natureza. A pesca que foi realizada por ele evoca uma relação com a natureza que pressupõe, primeiramente, um tipo de diálogo no qual ele interpreta sinais presentes no lago, como se este último estivesse comunicando a existência ou não de peixes. É o lago falando com ele, dizendo que tipos de peixes existem, e até onde estão. E, em segundo lugar, há indícios de comportamento durante o período de pesca que pressupõe uma relação de respeito por parte do pescador com relação ao ambiente do lago, embora ele possa agir contra a legislação ambiental. Isso se dá porque há crenças envolvidas que prescrevem um certo tipo de comportamento.

As técnicas usadas no transcorrer das atividades foram, basicamente, o uso da *malhadeira* e a pesca com recurso a iscas (incluindo modalidades, como pesca com linha e pesca com o uso de caixa de aprisionamento – pesca da piracatinga, usando como isca gordura de jacaré). A não ser quando saiu para capturar o jacaré, juntamente com parentes moradores de flutuantes à beira de um rio, em nenhum instante foi utilizada a zagaia ou o arpão¹³, embora todos ali, com exceção minha, lógico, sabiam utilizar o apetrecho¹⁴.

No dia 19, já a três dias de viagem, com uma apreensão muito baixa de peixes, fizemos uma atividade que era para quase todos penosa. Deixamos o barco ancorado a certa distância da margem e saímos por um *paraná*¹⁵, *varando canaranas*¹⁶ em quase toda a extensão até chegar em um local que eles chamam de varador de um certo lago, pelo que descemos das canoas e o pescador e alguns de seus filhos pegaram duas delas e colocaram sobre os ombros, dois a dois, canoas cuja uma delas para ser erguida necessitou de quatro

¹³ Não fui convidado para assistir a captura do jacaré, portanto não posso informar como foi realizada. Talvez, não tenha sido chamado por conta de quão penoso e arriscado é esse tipo de atividade, envolvendo uma saída de madrugada, com os insetos (carapanãs) em grande quantidade e jacarés. Ou seja, talvez eu pudesse ser um atrapalho à atividade. Além disso, há o componente da ilegalidade daquela ação em especial presente. Pode ser que tenhamos feito um acordo a nível subentendido de, enquanto ele me poupava de tomar parte de forma direta, aberta e consciente em ações tidas como ilegais, eu, de minha parte, não recriminava, nem punha bedelho em quaisquer de suas ações.

¹⁴ Recebi até aulas dos filhos do pescador sobre como segurar a ástrea para arpoar pirarucus.

¹⁵ Embora me tenha sido informado, não vou citar o nome dos lugares em uma tentativa de manter a isenção a respeito das atividades destes pescadores. Não é meu intuito revelar estratégias de pescadores para agir de forma ilegal ou para ludibriar agentes da lei.

¹⁶ Canarana é como eles chamaram uma vegetação flutuante que não dava pra ser transposta pelo barco (provavelmente em razão de poder engatar na hélice que propulsiona o barco e quebrá-la), dado sua densidade. Era um tipo de capim agrupado que, para ser transposto por canoa, necessitava de força física e habilidade. Tentei fazer o trabalho quando me vi com o filho de 10 anos do Pescador e ele conduzindo a canoa, tive que ser socorrido pelo outro filho de 15 anos, posto que saí do caminho e coloquei a canoa atravessada no que eles chamam de varagem. Depois disso, recebi aulas de como remar a canoa e até consegui controlar e conduzir razoavelmente a canoa.

homens¹⁷, justamente a que o pescador e o seu filho de 15 anos transportavam. Seguimos a pé e, após transpor esse caminho de mata, chegamos ao lago. Logo ao chegar ali, o pescador e seu irmão ficaram durante um breve instante observando, após o qual, ele comentou: “Acho que vim aqui mesmo, só para adoecer”. Significava que não havia peixes comerciáveis, havendo apenas *bodós*. Dizia isso apenas olhando para o lago e para as marolas – *boiadas* – que apareciam (ou *boiadas* inexistentes) na superfície do lago.

Resolveu pescar atando uma *malhadeira* (*lance*), segundo um tipo de apreensão do pescado que inclui uma técnica por eles citadas como *malhar* (*malhadeira* atada sob o lago, à espera que o peixe malhe; uso de duas canoas; por vezes, recurso a batidas com o remo ou outros artifícios na água para espantar o peixe até o local do *lance*, de modo que ele fique preso na *malhadeira*). Esse constitui o uso feito naquela ocasião por este pescador e sua família da *malhadeira*. Em nenhum instante, pelo menos não durante aquela viagem, a *malhadeira* foi utilizada para fazer pesca de arrasto¹⁸. A *malhadeira* assumia a função de malhar, pesca de espera. Como condição para a técnica de pesca com *malhadeira*, o pescador evoca a possibilidade ou não do peixe ver a *malhadeira*, posto que se sim, ele não vai até ela para ser malhado, ou a capacidade do peixe em ouvir barulhos, em perceber o ardil colocado pelo pescador.

O argumento do pescador ao falar sobre as apreensões de agentes do IBAMA relativas a materiais proibidos é de que há uma preocupação exclusiva com os espaços entre-nós das *malhadeiras* e redes, sem se preocuparem com o uso que é feito pelos pescadores daquele tipo de material. Segundo o raciocínio do pescador, é como se os técnicos do órgão acreditassem que, com aquele material, os pescadores fossem, necessariamente, fazer arrasto. Dito de outra forma, dada a *reputação* (BAILEY: 1971) do pescador como *invasor de lagos*, *ilegal*, *criminoso*, e por conta do senso legal a respeito da correta dimensão entre-nós da *malhadeira* a ele não é permitido dialogar com o agente da lei isso. É feita a apreensão.

O pescador, nesse caso, formula uma distinção entre as suas *malhadeiras*, mesmo essas tidas como inapropriadas pelo senso legal e a rede usada por um outro subgrupo de pescadores de Tefé, os *redeiros*, que pescam os peixes conhecidos na região como *de*

¹⁷ Pesada, portanto, canoa de 5 metros de comprimento, feita de madeira de uma árvore conhecida como Jacareíba. Segundo o Pescador, ele possuía uma de uma madeira mais leve, só que lhe foi roubada em uma ocasião em que precisou deixá-la sozinha para ir se esconder dos agentes ambientais voluntários em uma de suas investidas à RDS Mamirauá.

¹⁸ Segundo os pescadores, este material só é prejudicial se o pescador der um lance e puxar para a beira, arrastando para a praia (de acordo com eles, os pescadores não fazem arrasto). Para eles, a *malhadeira* é usada para *malhar* os peixes, seja dando o lance, seja *descaindo* no rio, uma forma de pesca em que eles tentam fazer com que o peixe *malhe* quando, descendo o rio, eles remam com a canoa segurando na ponta da *malhadeira* no intuito de capturar algum espécime. Segundo o depoimento de um pescador que teve este tipo de *malhadeira* apreendida (*freguês de patrão*: 31/10/04): “Minha *malhadeira* custou R\$ 200,00. Era boa para pegar *fera*. *Descaía* e pegava. Eles acham (IBAMA) que na praia que pescasse, o peixe não ia mais se juntar. Quando acaba, o prejuízo é por outro canto (**referência a materiais permitidos que não são proibidos**)”.

piracema, no lago Tefé. Alguns outros pescadores, além deste, discutiram a utilização dessas redes alegando que são mais prejudiciais do que as *malhadeiras*, porque aquelas são apropriadas para pesca de arrasto, enquanto estas últimas apenas *malham*. A pesca realizada com *rede* necessita, segundo eles, do destocamento dos locais para a realização dos *lances*, arrasto nestes locais nos quais peixes de arribação necessariamente terão que passar juntamente com peixes menores. Para reduzir o impacto, os *redeiros*, desenvolveram uma rede, chamada localmente de *escolhedeira* (usada após a rede arrasto com dimensão *entre-nós* maior para permitir a passagem de peixes menores), que foi incorporada no arcabouço legal (cf. IBAMA: PORTARIA Nº 75) como necessária para este tipo de pesca, mas, há *fregueses de patrão* que dizem ser esta rede também prejudicial por conta de alguns peixes ficarem engatados nas malhas, sufocando-se sob o peso dos outros¹⁹.

O dia foi ruim para o pescador, mas útil ao antropólogo. Além de ter constatado a dificuldade de pegar peixes naquele lago (foram pegos, em dois *lances*, cerca de três aruanãs, uma piranha, uma pirapitinga, um caparari, alguns tucunarés, pacus e carás brancos; alguns desses peixes usados para o almoço do dia), me foram relatadas varias experiências que remontam ao domínio que aqueles pescadores possuem sobre aquele território. A primeira delas diz respeito ao modo como conduzem as canoas por sobre as *canaranas*, vencendo um trecho de água impraticável para o barco. Depois, o irmão do pescador falou-me que, quando o seu pai era vivo, pescava-se muito naquele lago. Contou que havia muito pirarucu e até histórias sobre a antiga ocupação das áreas que hoje compõe a reserva. Os filhos do pescador, incluindo o menor de 10 anos, demonstraram-se muito familiarizados com aquele ambiente, mostrando aves e relacionando-as a nomes e ação sobre a Natureza.

À noite, um aspecto até então a mim desconhecido me foi apresentado pelo Pescador. Contou-me uma série de estórias de *visagens* (GALVÃO: 1976) da região. Segundo ele, há lugares definidos para que elas apareçam. Algumas delas são atraídas pela queima de cascos de iacá, visagens que moram no fundo da terra e quando entram fazem um buraco grande. Também sobre pescadores que brincavam naquele território e receberam o devido castigo, como um que, sozinho à beira do lago, convidava alguém para almoçar e em um determinado momento, uma *visagem* veio cobrar o almoço. Assume relevância em meio a este contexto a *cobra grande*, que mora no fundo dos lagos, prescrevendo comportamentos rituais,

¹⁹ “A malhadeira não ofende. O que ofende é a rede, que vem puxando por baixo, tomando conta de tudo. A malhadeira é de uma braça e meia. A rede grande cerca o poço todo e sai puxando o que tiver. Eles (**os agentes do IBAMA**) têm raiva de malhadeira. Acho que são mal-informados. A rede estraga peixe, porque ela pega tudo e joga fora. Com a malhadeira de lance, a gente só pega o que quer. Quando o peixe malha em qualquer rede, demora muito pra socorrer. A gente custa muito. Essa tal de escolhedeira vai ser ainda pior, porque os peixes vão malhar e, aí, vão morrer mais rápido. Os que acabam são os mais beneficiados. Com os redeiros, eles fazem o que querem. O malhadeiro, quando é pego com um ruelo (**pirarucu jovem**), eles dizem, ‘vambora, está preso teu material’” (Ent.: 21/11/04).

que não podem ser quebrados, sob pena de encantamento e seqüestro. A *cobra grande* é um ente que, quieto no fundo dos lagos (*poços*), quando provocado por muito barulho, sai e passa a tentar seduzir os pescadores para levá-los ao fundo.

Trata-se de elementos da ordem do simbólico que parecem estabelecer prescrições sob o modo como o pescador se relaciona com a Natureza. Banhos ali eram feitos de dentro da canoa com algum artifício para retirar a água do lago e assear-se. Pular no lago para tomar banho era evitado sob pena de não somente ser seqüestrado pela *cobra grande*, mas virar comida de grandes peixes, como a pirarara. Este era uma espécie de *tabu* respeitado por todos.

Por volta do quinto dia da viagem, eu e a criança de dez anos ficamos sozinhos no barco e resolvemos fazer uma brincadeira: entramos no lago e começamos a tomar banho ali. O filho mais velho retornou e raiou conosco, dizendo que aquilo não devia ter sido feito. Segundo ele, corremos o risco de ter sido mortos por algum peixe grande ou ser levados pela *cobra grande*. O lago era pra ser evitado.

Isso tudo me parece bem próximo à conexão registrada por Meyer Fortes (1983) que os Tallensi fazem entre a ordem da vida material e a ordem do simbólico, existindo uma ambivalente relação de hostilidade e auxílio entre os vivos e os ancestrais deificados. A não observância dos comportamentos rituais é entendida como causa de infortúnios por conta do ressentimento de algum ancestral que não foi devidamente satisfeito. Radcliffe-Brown (1973) também alude a relações da ordem do simbólico quando diz que há certos comportamentos rituais que são mecanismos para redução da *disjunção social* provocada pela coexistência entre pessoas com interesses e *lugares sociais* distintos, como o filho e seu pai, o genro e a sogra, o sobrinho e o tio, o neto e o avô.

Há no depoimento do pescador uma série de referências ao perigo que certos peixes e animais podem causar. Poderíamos interpretar isso como *disjunção social* na relação mantida com a Natureza?²⁰ Dado que a disjunção social acontece, segundo os estruturalistas, quando há divergências de interesses, nas relações simbólicas e materiais que o pescador mantém com a Natureza, esses peixes e animais perigosos seriam a faceta hostil da Natureza, que o pescador procura resolver, mantendo o mínimo de contato possível com o lago, respeitando os seres que estão lá dentro, elegendo aqueles mais e menos hostis, fazendo dali um território que precisa ser respeitado, que dá condições de vida, mas que também tem

²⁰ Espécies de peixes que segundo eles, só servem para atacar as pessoas, como o *candiru*, que morde e até pode entrar nas pessoas; *caratauí*, que possui esporas e já teria esporado várias vezes. O pescador em pescas de *piracatinga*; *mandii* e *piramutaba*, que também possuem esporas; peixes como as espécies de *piranhas*; peixes classificados por eles como *feras*, dentre os quais *bacamão* ou *jaú* (que pesa entre 35 a 120 Kg, ou mais, que são capazes de agarrar a mão de pescadores e fazer grandes feridas), a *pirarara* (até 50 Kg) e a *piraíba*, entre 100 a 200 kg. Além disso, existem as ameaças representadas pelo *jacaré* e pelas *onças*. Até é feita uma distinção entre os animais, com o *jacaré* “ofendendo” mais que o *boto*, que por sua vez “ofende” mais que o *tucuxi* (“boto alaga a canoa; tucuxi, não”). Ou seja, raciocina em termos de maior grau de periculosidade.

muitos perigos. O elemento que o ajuda a se relacionar com esse ambiente é tanto seu saber, quanto sua crença. Esta última sob a forma de observação quase ritualística de certos comportamentos. E seu saber ajudando a interpretar tanto os sinais de perigo, quanto de benevolência (pescado disponível). É o real e o simbólico imbricados, ou, mesmo, indissociáveis, dado que o saber do pescador é constituído também de suas crenças e ambos são provenientes das condições objetivas impostas na relação com a Natureza.

Quanto ao saber e domínio sobre aquele território, em toda a extensão da viagem, colhi informações sobre peixes da região, o modo de pescá-los, os tipos de *malhadeiras* a serem usadas²¹, curiosidades sobre alguns²², diferenças entre espécies²³, épocas de desova (*arribação*)²⁴. Tudo isso demonstra um grau de conhecimento bastante significativo, o que pressupõe a idéia de que ali o pescador está presente em seu território. Dado que, nos períodos em que as águas estão muito altas, o peixe fica mais escasso, as pescarias são cada vez mais longas, passando o pescador mais tempo sobre a água do que, como se diz localmente, *em terra*. Durante o período de pescaria, a vida gira em torno das condições que são dadas pela Natureza e por aquela situação. O cardápio é peixe no almoço e no jantar, e todas as necessidades, como beber água, tomar banho e cozinhar são satisfeitas ali mesmo, com a água dos rios e lagos.

Em meio àquele contexto, o *modus operandi* de pescador artesanal responde aos sinais e condições impostas pela Natureza. No quarto dia, depois de uma longa chuva, o irmão do pescador foi consertar a *malhadeira* que um jacaré havia rompido ao ir comer os peixes. Para o conserto, fez uma armação com gravetos na beira do lago e começou a cortar os fios quebrados e a emendar com novos. Levou bastante tempo e, pelo que vi, dado a quantidade de fios envolvidos, era uma atividade que envolvia muita concentração e paciência. Essa atividade foi também executada em outra ocasião pelo filho mais velho do pescador.

Naquele mesmo dia, era possível notar um barulho estranho debaixo das canoas de quem saía do barco para realizar qualquer atividade. Pelos depoimentos dos pescadores, todos haviam percebido o barulho como um sinal de que havia uma grande quantidade de *pescadas* naquele lago, posto que elas “roncavam”²⁵. Isso causou certa inquietação na

²¹ A malha 25 é para pesca de *sardinha*, *chorona*, *aracu*; malha 50, 55 é para pesca do *curimatá*; malha 65, para o *pacu*; malha 90, para *tambaqui* e *fera*.

²² *Sulambas* ou *aruanãs* conhecidas como *macaco d'água*, porque pula muito. A *pirapitinga* é cinza e redonda. *Pintando* e *cuiu* possuem serrinhas no corpo.

²³ A *piranha preta* alcança o tamanho de uma *piracatinga*, chegando a maior a atingir 50 cm; a *piranha caju* (vermelha) é menor – 30 cm. O *tambaqui* é preto quando pescado em água preta; e branco, se pescado em água branca.

²⁴ Entre maio e julho, os peixes de piracema *arribam*.

²⁵ Do mesmo modo como a *sulamba*, ao passar embaixo da canoa faz um barulho que é conhecido por eles como *rebojar*. *Tambaqui* também é identificado: a partir do *boiar*, ou o *banzeiro* que faz e porque, às vezes, ele sobe

maioria. O pescador chegou, inclusive a comentar, “tem um dinheiro aqui”. Mais tarde, eles colocaram a *malhadeira* e conseguiram pescar algumas delas. No final da noite, conseguiram trazer para o barco uma quantidade de 30 pescadas, juntamente com *pirabutão* e *pacu*.

A manhã do quinto dia, seria de uma forte e prolongada chuva. Estávamos seguindo por um *paraná* quando, comecei a ouvir comentários entre o pescador e seu irmão antes mesmo que a chuva começasse. Iniciava uma leve garoa quando o pescador comentou, “chuva assim que vem devagar, pode tomar cuidado”. O irmão, por sua vez, disse apontando as nuvens, “Olha, ali, como vem”. O pescador retrucou, “Meu Pai do Céu!”. Após isso, resolveram encostar o barco na margem pra esperar a chuva passar, de modo que nem o banzeiro, nem o vento pudessem causar algum dano. A chuva caiu com bastante força. O pescador então, começou a contar sobre uma ocasião em que, arpoando *pirarucus*, enfrentou uma chuva com a sua esposa sobre um *igapó*, tendo apenas a canoa que os transportava, um guarda-chuva e uma rede de dormir, a qual armou para a esposa ficar suspensa. Segundo ele, choveu a noite inteira e só parou no dia seguinte. Os *pirarucus* que eram pescados tinham que ser *tratados* na hora para diminuir o peso sobre a canoa. As viagens eram feitas a remo e os *pirarucus* eram salgados²⁶.

Segundo o depoimento do pescador, as *invasões* na reserva acontecem de acordo com a sazonalidade. Quando enche, os peixes têm mais facilidade de locomoção e os locais onde ficam concentrados, fora da reserva, são muito procurados pelos pescadores, ocorrendo uma concorrência muito grande. A fábrica do patrão, por sua vez, fecha, impossibilitando os empréstimos²⁷. O pescador invade a reserva para arpoar *pirarucus*. Um *pirarucu* que consiga vender é o suficiente para assegurar algum rendimento por um período. É comum alguns pescadores venderem em flutuantes em alguns paranás, a um preço bastante desfavorável, temendo alguma apreensão. O raciocínio seria, melhor vender por pouco do que ser pego com o *pirarucu* e perder tudo.

para se alimentar de uma fruta. O pescador diz saber pelo *banzeiro* quando vem em grupo e até qual deles é o maior, arpoando aquele. Segundo ele, é possível arpoar o tambaqui em *igapós* e mais difícil em *paranãs*.

²⁶ Em algumas entrevistas que fiz com este pescador para a elaboração de minha dissertação de mestrado, são evocadas as características de um tempo em que eram realizadas pescarias de *pirarucu* para a venda ao *patrão*. Os peixes eram *tratados* (retiradas as escamas e as vísceras e outras partes não apreciadas para a venda, como a cabeça) no que eles chamavam de *feitorias* e ali salgados. A produção desta pescaria era chamada de *fábrico* e era uma relação social próxima aos moldes do antigo sistema de aviamento, realizado no âmbito da produção da borracha em áreas do Pará, Amazonas e Acre. O *fábrico* do *pirarucu* era feito, inclusive, concomitante à extração da borracha, em épocas do ano específicas. Sobre a produção do *pirarucu* realizada de modo concomitante à extração de borracha, ver Pessoa (2005). Para uma discussão sobre o sistema de aviamento, ver Weinstein (1993); Sant’Ana Júnior (2004); Wolff (1999); Wagley (1977); Tocantins (1982).

²⁷ “Na época da cheia é que se invade. Porque o peixe se esconde. O peixe só fica onde ele não tá pegando peia. Por isso, o que a malhadeira faz é espantar o peixe. Ela não acaba, ela faz o peixe se esconder. Ali onde o peixe vê que o negócio tá ruim pra ele, ele sai, se esconde. Mas, onde ele fica tranqüilo, ali tá mais sossegado” (Ent.: 21/11/04).

Durante os dez dias em que passei com essa família de pescadores, a carga conseguida não chegou nem a 10 por cento da capacidade da caixa. E já por volta do oitavo dia, depois que o *rancho* já estava quase totalmente exaurido, a farinha e o tabaco acabando, o gás ter sido comprado nas mãos de um comerciante por um preço três vezes acima, o pescador resolveu realizar a pesca da *piracatinga*, usando como isca um jacaré jovem²⁸. Também não obtive muito sucesso por causa da isca. Segundo ele, estava muito ruim. Segundo o modo como ele qualifica suas ações, as estratégias que usa dependem das condições objetivas da pescaria. Quando uma técnica não dá certo apela-se pra outra²⁹. E, em último recurso, quando não tem mais jeito, arpoar um pirarucu em áreas da reserva seria a solução³⁰.

Ou seja, ele justifica sua ação por conta das situações que são postas na pesca. Se pego com material proibido, a carga e os apetrechos são apreendidos, o que pressupõe nova compra de materiais.

A *reputação* destes pescadores e o comportamento deles na sua relação com a Natureza encerra um paradoxo, dado que noção de *populações tradicionais* pressupõe um grupo social que aprendeu a conviver com a natureza em uma situação de co-dependência e que sofreu os efeitos dos desarranjos no ecossistema quando da implantação de projetos socioeconômicos. Isso seria perfeitamente aplicável a estes pescadores se não estivessem obrigados a se submeter ao mercado, marginalizando-se ao agir contra a lei e se alguma forma de parceria ecológica tivesse sido feita com eles³¹.

²⁸ Preferiu o *jacaré* ao *boto* para mostrar que, entre os dois, o primeiro seria elegível por conta do seu grau de ofensa ser maior que o segundo. Para esta modalidade de pesca, existe uma espécie de curral, que é suspenso a partir de varas na beira de um rio ou de um paraná. A hora escolhida para pescar foi o início da noite. Primeiro mata-se um jacaré ou boto na madrugada do dia anterior, o qual permanece ali por mais do que um dia inteiro. Depois disso, é feito o que eles chamam de *seva*. No caso, a *seva* foi feita com o *jacaré*. Fora do barco, por conta do mau-cheiro, é retirado todo o sistema digestivo do animal, o rabo e algumas outras partes do corpo. As patas são usadas amarradas na entrada da caixa para atrair as *piracatingas* para entrarem na caixa onde o pescador aguarda com algum pedaço dos intestinos ou do rabo do jacaré já tratados (tirado o couro) nas mãos. Para preparar estes pedaços, eles vêm cortando a partir de cima. Abrem por cima e têm acesso ao intestino. O rabo  tirado todo o couro (o mais apreciado é o gordo, pois a *piracatinga*, segundo dizem, gosta de gordura). Segundo contam, têm que tomar cuidado para não se cortarem quando estão tirando o couro, pois a carne é muito fina. Vo abrindo o rabo e fazendo os pedaços. Ums 16:00hs ele põe as patas do jacaré na entrada. Quando vem a noite, é que ele vai pescar mesmo, puxando o peixe pra dentro. A pesca é feita segurando a isca que o peixe morde. O pescador puxa, então, a isca pra dentro da caixa, fechando a portinhola em seguida pra evitar que os peixes saiam. Em certo momento, a isca já não serve mais, porque, quando acaba a gordura, o peixe passa a recusar. Ele pega então de outra ate que acabem.

²⁹ Entre as alternativas para aquela situação, ou O pescador iria tentar cercar um boto, ou iria usar outra técnica como a pesca com linhas, espinheis. Esta ultima foi usada como recurso.

³⁰ “Você v esse jacaré aí. Chega um homem desse, já vem querendo prender malhadeira, prender nós e prender tudo. Ele não procura saber há quanto tempo eu tão aqui. Se minha farinha já acabou. Se eu não peguei nada. Ele quer  logo t prendendo. A, ele diz, ‘esse cara  burro. Não sabe que t proibido’. Mas, eu me vejo obrigado. Porque você viu aí que não d mais nada. Então, eu tão apelando. Ele não sabe porque eu faço isso? Esse pessoal  inteligente, mas na mesma hora eles são burros. Eles não procuram saber das coisas, n?” (22/11/04). No final da viagem, ele me afirmou que tentaria conseguir um empréstimo para mais uma pescaria. Se não conseguia iria pra reserva arpoar *pirarucus*.

³¹ “O conceito de “populações tradicionais”, desenvolvido pelas ciências sociais e incorporado ao ordenamento jurídico, são pode ser compreendido com base na interface entre biodiversidade e sociodiversidade” (SANTILLI:

A experiência do manejo participativo na região tem demonstrado que quanto maior a proximidade dos grupos sociais com o IDSM e o esforço pela conservação, mais positivos têm sido os resultados no que diz respeito à melhoria das condições de vida. O que demonstra isso é a experiência dos *redeiros* que, são menos fragilizados economicamente em relação aos *fregueses de patrão*. Aos *redeiros* foi dado estabelecer *acordos de pesca*³² entre si e com moradores de sítios através de parcerias entre a Colônia Z-4, presidida então por um *redeiro*, agências de apoio à conservação dos recursos naturais, IBAMA e o IDSM, e, assim, incorporarem-se nas perspectivas do *manejo participativo*. Foram por mim classificados como *redeiros* a partir do modo como eram chamados na Colônia em uma alusão às redes caras por eles usadas para pescar *peixes de piracema* no lago Tefé, objeto de um dos acordos por eles celebrados.

A maior proeminência econômica dos *redeiros* permite que eles acessem áreas mais distantes, dado que podem comprar mais óleo para o motor e faz com que eles não precisam se submeter a um *patrão* para adquirir recursos para as viagens. A maior apreensão de peixes, além da capacidade econômica de comprar e manter seus materiais, somado à possibilidade de pesca dentro dos padrões do manejo participativo os difere dos *fregueses de patrão* e é motivo de reclamações por parte destes últimos com respeito à sua postura.

Quanto maior a proximidade com o IDSM, o IBAMA e os esforços para a defesa dos recursos naturais, menor a condição de marginalidade. Quanto maior a distância, maior a fragilidade dos pescadores. Acredito que isto, ao invés de depor contra o Instituto e contra as regras e esforço de conservação, depõe a seu favor, mostrando que uma aproximação no futuro entre o IDSM e o sub-grupo dos pescadores mais marginalizado social e economicamente pode ser uma oportunidade positiva para realizar ações em defesa dos recursos naturais mais eficazes, sobretudo porque obtêm a participação ativa das pessoas que têm sido constituído como um dos grandes dilemas do IDSM.

Assim sendo, a *reputação* do IDSM junto aos *fregueses de patrão* poderia ser também por eles rediscutida se alguma forma de melhoria nas suas condições de vida viesse a partir de sua introdução em alguma perspectiva de *manejo participativo*.

2005, p. 124). Nos substitutivos do projeto da lei que rege o SNUC, pensou-se em definir a categoria como “(...) uma ‘população culturalmente diferenciada’ que, vivendo em determinado ecossistema, mantinha uma relação de “dependência do meio natural para sua alimentação, abrigo e outras condições materiais de subsistência” e explorando os recursos naturais de maneira sustentável” (SANT’ANNA: 2003, p. 121).

³² Acordo de pesca é uma categoria estabelecida em Instrução Normativa do IBAMA, assim definida: “Entende-se por Acordo de Pesca, um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente” (IBAMA: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, Art. 1º, Parágrafo Único). Ou seja, trata-se de um acordo realizado entre interessados por uma área de pesca com vistas a que todos estes tenham acesso, respeitando-se as regras acordadas mutuamente em assembleias preparatórias. Por todas as suas características, seria uma estratégia de manejo fundado em bases consideradas participativas.

Referências bibliográficas

BAILEY, F. G. **Gifts and poison: the politics of reputation**. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

COELHO, Geraldo M. Prefácio. In: **Repertório documental para memória da pesca Amazônica**. Belém: Museu Goeldi, 2002. pp. V-VIII.

CUNHA, Manuela Carneiro da, ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental, in: CAPOBIANCO, João P. R. et. al (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Edições 70, 1980.

ESTERCI, Neide. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira, in: **Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS – UFRJ/In-Fólio – Produção Editorial, Gráfica e Programação Visual, 2002. pp 51-62.

FAULHABER, Priscila. **O navio encantado: etnia e alianças em Tefé**. Coleção Eduardo Galvão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

_____. **O lago dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

FORTES, Meyer. **Oedipus and Job in West African Religion**. Cambridge: Cambridge Press, 1983.

FURTADO, Lourdes G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, Lourdes G., NASCIMENTO, Ivete Herculano. Traços de uma comunidade pesqueira do litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica. In: FURTADO, Lourdes G., QUARESMA, Helena Doris A. B (orgs.). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. pp 23- 56.

FURTADO, Lourdes G., QUARESMA, Helena Doris A. B (orgs.). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

FURTADO, Lourdes Gonçalves, et al (orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Coleção Eduardo Galvão. Belém: PR/MCT/CNPq/ MPEG, 1993.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 de outubro de 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE – cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 21 de setembro de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **PORTARIA Nº 75**, de 29 de maio de 2002.

LIMA, Deborah de M. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, Edna, PINTON, Florence (orgs.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 1997. pp 285-314.

MOURA, Edila Arnaud F., REIS, Marise B. Participação das comunidades na implantação do Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In: SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ. **Negociação do Plano de Manejo com as comunidades de moradores e usuários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**. Tefé: outubro de 1997.

PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupeba**: Tepé, Tephé, Tefé, Tefé. Protásio Lopes Pessoa, 2004 (mimeo).

PROJETO MAMIRAUÁ – SEMESTER REPORT. **Relatório Semestral # 3**. SEMACT/CNPq/Agência ABC/DEMA/SCM. Abril a setembro de 1993.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

REIS, Marise B. dos. **“Arengas e psicas”**: as reações populares à criação da RDS Mamirauá e ao manejo sustentável e participativo dos recursos naturais. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: 2003.

SANT'ANNA, Renata de. Populações humanas em unidades de conservação, in: **Boletim Rede Amazônia: dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos e respostas socioculturais**. Ano 2, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS – UFRJ/Contra Capa Livraria, 2003. pp 117-123.

SANTA'ANA JÚNIOR, Horácio A. de. **Florestania: a saga acreana e os povos da Floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: IEB/ISA/Peirópolis, 2005.

SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO/INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAPÁ. **MAMIRAUÁ: PLANO DE MANEJO**. Brasília: SCM; CNPq/MCT; Manaus: IPAAM, 1996.

SOUSA, Arinaldo Martins de. **Arribando aos mururus: redeiros, atravessadores, fregueses de patrão e canoeiros na fronteira do desenvolvimento sustentável em Tefé**. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão). São Luís: 2005.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia:** natureza, homem e tempo, uma planificação ecológica. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

VALERI, Valerio. **Kinship and sacrifice:** ritual and society in ancient Hawaii. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1985.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica:** estudo do homem nos trópicos. 2^a edição. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da Sociologia Compreensiva. V. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência, 1850-1920. trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WOLFF, Cristina S. **Mulheres da Floresta:** uma história: Alto Juruá: Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.